

CAMPANHA SALARIAL PROFISSIONAL E EDUCACIONAL

2023



**RESPEITO, FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO SÃO
FUNDAMENTAIS PARA A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO**

- ▶ **Pelo cumprimento do Piso Salarial Profissional Nacional**
- ▶ **Pelo cumprimento da Meta 17 do Plano Nacional e Plano Estadual de Educação**
- ▶ **Não queremos subsídio. Queremos salário e carreira aberta, justa e atraente**

CAMPANHA SALARIAL PROFISSIONAL E EDUCACIONAL

2023



2 - janeiro



Professora Bebel
Presidenta da
APEOESP

Iniciamos este ano de 2023 em luta. Em plenas férias, já realizamos manifestações na Secretaria Estadual de Educação por atribuição de aulas presencial, justa e transparente e apresentamos nossas reivindicações mais urgentes, entre elas aquelas referentes à valorização salarial e profissional da nossa categoria.

A APEOESP sempre luta pelos direitos do magistério, sem nunca perder de vista o objetivo maior da nossa profissão, que é assegurar às nossas crianças e jovens ensino de qualidade, para que se tornem cidadãos e cidadãs com autonomia intelectual e formação para seguirem seus estudos em nível superior, terem sucesso no mundo do trabalho e na vida pessoal.

A qualidade da Educação se compõe de diversos elementos, entre eles políticas educacionais corretas, gestão democrática e participativa, condições de trabalho e de ensino-aprendizagem, formação adequada dos profissionais da Educação, carreira e salários justos.

O Piso Salarial Profissional Nacional é ponto de partida para a nossa valorização – lamentavelmente não é cumprido pelo Governo do Estado de São Paulo. O princípio do PSPN foi inscrito na Constituição Federal de 1988 pelo nosso companheiro professor Gumercindo Milhomen, ex-presidente da APEOESP e deputado constituinte, e que o presidente Lula tornou realidade por meio da lei 11.738/2008.

A Meta 17 do Plano Nacional e do Plano Estadual de Educação representa a concepção correta de valorização, pois estabelece a formação em nível superior como parâmetro para a equiparação dos salários de professores e professoras aos demais profissionais com a mesma formação.

A APEOESP foi o primeiro sindicato do Brasil a reivindicar o cumprimento da Meta 17, por meio de nossa histórica greve de 92 dias em 2015. E esta continua a ser a meta que guia nossa luta por valorização.

Este momento de Planejamento é uma ótima oportunidade para conversarmos com nossos colegas, expor os dados contidos neste boletim e nos motivarmos para a mobilização necessária para garantir o sucesso de nossa campanha.

Bom trabalho.

NOSSAS PRINCIPAIS REIVINDICAÇÕES

✓ CUMPRIMENTO DA LEI DO PISO SALARIAL PROFISSIONAL NACIONAL

- Pagamento do reajuste de 10,15% conquistado na justiça e bloqueado no Supremo Tribunal Federal – que o Governo do Estado retire o recurso extraordinário e aplique o reajuste.
- Pagamento do reajuste de 33,24% referente ao PSPN em 2022.
- Pagamento do reajuste de 14,95% referente do PSPN em 2023.

✓ CUMPRIMENTO DA META 17 DO PNE/PEE – equiparação com a média salarial dos demais profissionais com formação de nível superior.

✓ MESA PERMANENTE DE NEGOCIAÇÃO

✓ FIM DO SUBSÍDIO - revogação da LC 1374/2022 e recuperação de nossos direitos.

✓ CARREIRA ABERTA, JUSTA E ATRAENTE – tempo de serviço e formação como fatores evolutivos.

✓ CONDIÇÕES DE TRABALHO E VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

✓ CUMPRIMENTO DA JORNADA DO PISO – no mínimo 33% da jornada semanal para preparação de aulas, elaboração e correção de provas e trabalhos. Formação continuada no local de trabalho. Em São Paulo, em jornada de 40 horas, são 24 horas em sala de aula e 16 aulas para as atividades extraclasse.

✓ CONCURSO PÚBLICO JÁ PARA 100 MIL VAGAS

✓ ESTABILIDADE DA CATEGORIA F AOS PROFESSORES DA CATEGORIA O ATÉ QUE HAJA CONCURSO

✓ CUMPRIMENTO DA ESTRATÉGIA 18.20 DO PLANO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO – nova lei para contratação de professores temporários assegurando direitos equivalentes aos dos efetivos.

✓ DIREITO E ORGANIZAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SINDICAL – recuperação das faltas abonadas e dispensa de ponto para participação em atividades sindicais.

PISO É PONTO DE PARTIDA, NÃO É TETO!

O governador Tarcísio de Freitas afirmou que o Estado de São Paulo cumpre o Piso Salarial Profissional Nacional (PSPN) dos professores. Isso não é verdade. Abono complementar não significa o cumprimento da lei. Por isso fomos à justiça e vencemos em todas as instâncias. A justiça determinou o pagamento de 10,15% relativo ao reajuste do piso de 2017, mas o Governo do Estado conseguiu o bloqueio do pagamento no STF (Supremo Tribunal Federal). Vencemos no mérito e continuamos na luta para desbloquear o pagamento. O princípio correto, portanto, é o reajuste salarial (não abono) com repercussão em toda a carreira.

Com o recente reajuste de 14,95%, o valor do PSPN passou de R\$ 3.845,52 para R\$ 4.420,23 em 2023. Com isso, alarga-se a defasagem do salário-base do magistério estadual paulista (salário inicial do Professor de Educação Básica I – PEB I), que fica 44,4% inferior ao PSPN.

Em 2009, o salário inicial de PEB I era 37,8% acima do piso. Devido à falta de reajustes no Estado de São Paulo, essa vantagem foi se deteriorando. Em 2016 o valor do PSPN ultrapassou nosso salário-base e a diferença cresceu.

Com o reajuste de 14,95% no piso nacional, o salário-base de PEB I está 44,4% inferior ao PSPN. Quanto ao PEB II, em 2009 o salário inicial era 59,5% superior ao PSPN. Apenas em 2020 o valor do piso nacional ultrapassou o salário-base de PEB II, que hoje está 35,7% abaixo do PSPN. Veja a tabela:

Evolução da Relação entre Salário inicial do Magistério Estadual Paulista e o PSPN

(Brasil e Estado de São Paulo. 2009-2023)

Ano	PSPN		PEB I		PEB II	
	Reajuste	Nominal	Salário Base	Salário Base/PSPN	Salário Base	Salário Base/PSPN
2009		950,00	1.309,17	37,8%	1.515,52	59,5%
2010	7,86%	1.024,67	1.309,17	27,8%	1.515,52	47,9%
2011	15,84%	1.187,02	1.368,75	15,3%	1.584,49	33,5%
2012	22,23%	1.450,86	1.636,21	12,8%	1.894,12	30,6%
2013	7,97%	1.566,49	1.803,93	15,2%	2.088,26	33,3%
2014	8,32%	1.696,83	1.950,41	14,9%	2.257,84	33,1%
2015	13,01%	1.917,53	2.086,94	8,8%	2.415,89	26,0%
2016	11,36%	2.135,44	2.086,94	-2,3%	2.415,89	13,1%
2017	7,64%	2.298,59	2.086,94	-9,2%	2.415,89	5,1%
2018	6,82%	2.455,35	2.233,02	-9,1%	2.585,00	5,3%
2019	4,17%	2.557,74	2.233,02	-12,7%	2.585,00	1,1%
2020	12,84%	2.886,15	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%
2021	-2,60%	2.886,24	2.233,02	-22,6%	2.585,00	-10,4%
2022	33,24%	3.789,58	2.233,02	-41,1%	2.585,00	-31,8%
2023	14,95%	4.420,23	2.456,31	-44,4%	2.843,50	-35,7%

Fonte: FNDE/MEC e ALESP;
Elaboração: Dieese/Subseção APEOESP.

Reajuste necessário para que o Estado de São Paulo cumpra a lei do piso

Devido à não concessão de reajustes periódicos aos professores estaduais (houve reajustes apenas em 2018 e 2022), para que o Estado possa cumprir o que define a Lei do PSPN, é necessário um reajuste de 80%. Veja gráfico a seguir:

CAMPANHA SALARIAL PROFISSIONAL E EDUCACIONAL

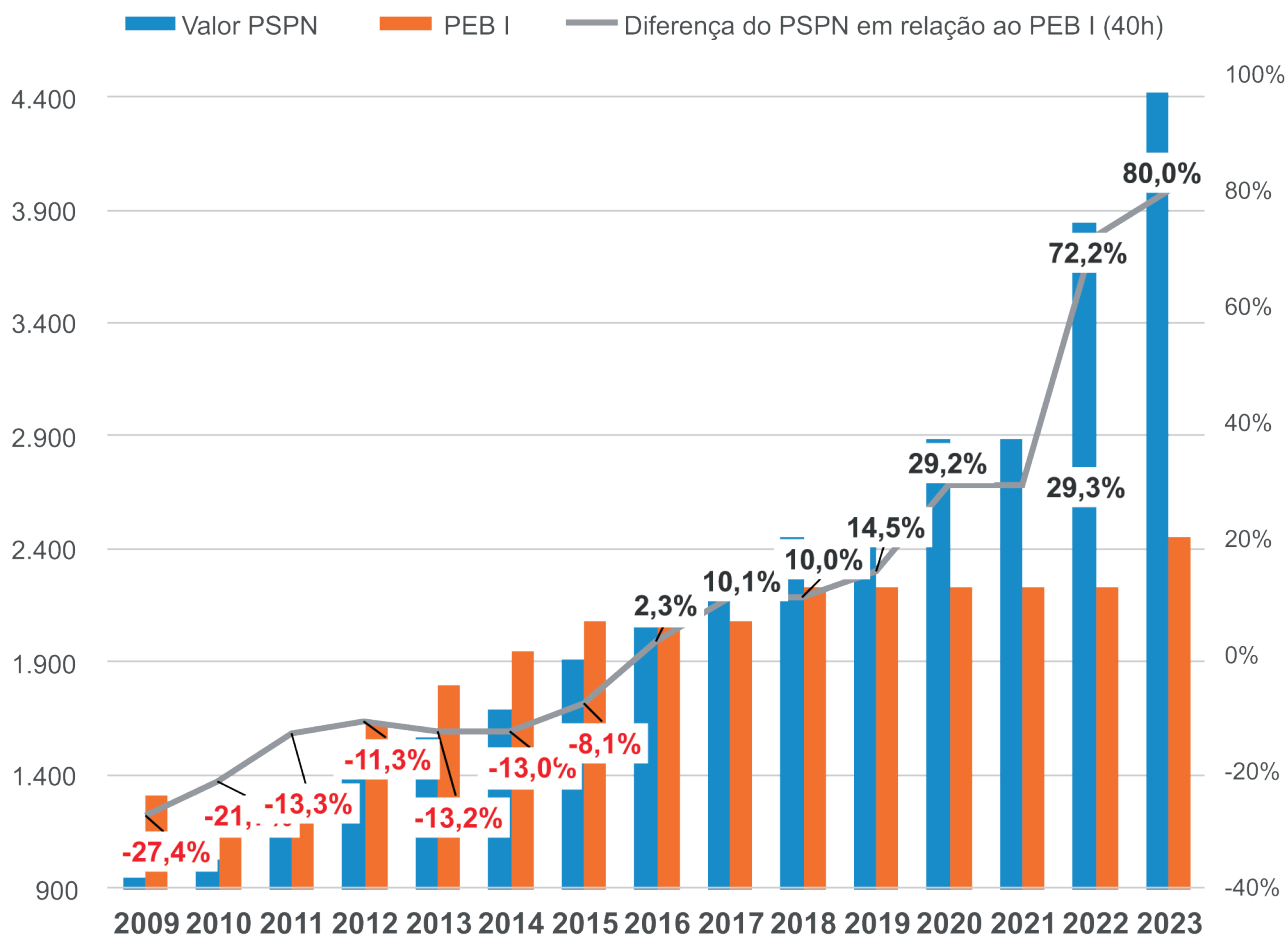
2023



6 - janeiro

Reajuste necessário no salário base da nossa categoria para equiparação ao PSPN

(Estado de São Paulo, 2009-2023)



Fonte: FNDE/MEC e ALESP

Elaboração: Dieese/Subseção APEOESP

PELO CUMPRIMENTO DA META 17 DO PNE/PEE

De acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, no 3º trimestre de 2022 os professores estaduais recebiam, em média, R\$ 4.138,19 por uma jornada de 40 horas semanais, enquanto os demais

profissionais com ensino superior recebiam R\$ 5.922,49 pela mesma jornada. Ou seja, os professores recebiam 30,1% a menos que os demais profissionais, sendo necessário, portanto, um reajuste de 43,1%, no salário médio para o cumprimento da Meta 17 do PNE/PEE.

Lembramos que esta defasagem chegou a ser de 75,33% em 2015, o que motivou a greve de 92 dias, em 2015. Essa diferença caiu, apesar da desvalorização sofrida pela nossa categoria no período, devido à queda da renda média dos demais trabalhadores. Veja a tabela:

Salário Médio dos Professores Estaduais, dos Outros Profissionais com Ensino Superior e a Necessidade de Reajuste para Equiparação

Categoria	Rendimento médio
Outros profissionais	R\$ 5.922,49
Professores Estaduais	R\$ 4.138,19
Reajuste Necessário	43,1%

Fonte: IBGE. PNAD Contínua

Elaboração: DIEESE/Subseção Apees

Obs.: foram considerados professores estaduais ocupados na área estadual nos seguintes grupos de base da Classificação de Ocupações para as Pesquisas Domiciliares - COD:

2330 - Professores do ensino médio

2341 - Professores do ensino fundamental

2342 - Professores do ensino pré-escolar

DEFASAGEM EM RELAÇÃO AO SALÁRIO MÍNIMO TAMBÉM AUMENTOU

O salário-mínimo nacional (SMN) foi reajustado para R\$ 1.302,00 em 1º de janeiro de 2023.

Analisando o período do SMN entre 2009 e 2023 a variação nominal dos valores foi de 180%, enquanto o salário-base de PEB I ficou em R\$ 2.456,31 (variação de 87,6%).

CAMPANHA SALARIAL PROFISSIONAL E EDUCACIONAL

2023



8 - janeiro

Os aumentos anuais do salário-mínimo no período fizeram com que tanto o salário do PEB I quanto o salário do PEB II perdessem força em relação ao SMN, caindo o salário do PEB I de 2,8 vezes para 1,9 em 2023, e o do PEB II caindo de 3,3 vezes o SM para 2,2. Ambos perderam cerca de 33% de poder de compra diante do SMN no período analisado.

Diferença entre PEB I e PEB II em relação ao SM

(Brasil e Estado de São Paulo. 2009-2023*)

Ano	Salário Mínimo (SM)	Salário Base do PEB I	Salário-base do PEB I em relação ao SM	Salário Base do PEB II	Salário-base do PEB II em relação ao SM
2009	465,00	1.309,17	2,82	1.515,52	3,26
2010	510,00	1.309,17	2,57	1.515,52	2,97
2011	545,00	1.368,75	2,51	1.584,49	2,91
2012	622,00	1.636,21	2,63	1.894,12	3,05
2013	678,00	1.803,93	2,66	2.088,26	3,08
2014	724,00	1.950,41	2,69	2.257,84	3,12
2015	788,00	2.086,94	2,65	2.415,89	3,07
2016	880,00	2.086,94	2,37	2.415,89	2,75
2017	937,00	2.086,94	2,23	2.415,89	2,58
2018	954,00	2.086,94	2,19	2.415,89	2,53
2019	998,00	2.233,01	2,24	2.585,00	2,59
2020	1.045,00	2.233,01	2,14	2.585,00	2,47
2021	1.100,00	2.233,01	2,03	2.585,00	2,35
2022	1.212,00	2.233,01	1,84	2.585,00	2,13
2023	1.302,00	2.456,31	1,89	2.843,50	2,18
Variação 2023/2009	180,00%	87,6%	-33,0%	87,6%	-33,0%

Fonte: Governo Federal e Secretaria da Educação do Estado de São Paulo;

Elaboração: Dieese/subseção Apeesp;

Nota (*): Os valores relacionados se aplicam ao mês de janeiro de cada ano